

# Protecção social adaptativa em Moçambique – Avanços das respostas a emergências<sup>1</sup>

*Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e Programa Mundial para a Alimentação (PMA) Moçambique*

**Moçambique é o terceiro país** mais exposto a eventos climáticos do continente africano — **58% da população e 37% do Produto Interno Bruto (PIB)** do país estão expostos a dois ou mais desastres naturais. Perante este cenário, o papel da protecção social é extremamente relevante dado que as famílias abrangidas pelos sistemas de protecção social estão mais capacitadas e têm uma maior resiliência para lidar com eventos extremos. São exemplos a recuperação mais rápida de activos produtivos, a manutenção de níveis básicos de consumo durante as crises e o investimento continuado em capital humano após sofrer um choque.

Neste contexto de resposta a emergências, Moçambique possui um marco jurídico e institucional relativamente avançado. Destacam-se três documentos estratégicos que alinham as prioridades da área: a II Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB II 2016-2024), a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas 2013-2025 e o Plano Director para a Redução de Risco de Desastres 2017-2030. Todos mencionam o aprimoramento da resposta a calamidades através de programas de protecção social para melhorar a resiliência das famílias no que concerne a emergências e mudanças climáticas ou para destacar a importância do fortalecimento das ligações e sinergias entre as instituições do governo envolvidas na resposta a emergências, sobretudo o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e o Instituto Nacional de Acção Social (INAS-IP), que possuem um papel importante na implementação de programas e respostas a pessoas afectadas por calamidades.

Perante a ocorrência de choques externos, sentidos no país ao longo dos últimos anos, destacam-se alguns exemplos concretos e algumas lições aprendidas na sequência do uso de programas na área da Protecção Social Adaptativa: a crise provocada pela reforma dos subsídios de combustíveis em 2016; a resposta à seca motivada pelo El Niño em 2017/2018; a assistência pós-emergência nos ciclones Idai e Kenneth em 2019; e a resposta à crise provocada pela COVID-19 iniciada em 2020. O Programa de Apoio Social Directo Pós Emergência (PASD-PE) ganhou força e uma melhor estruturação a partir de 2017, após a sua aplicação na resposta à seca, ampliando significativamente a colaboração entre a área de Acção Social e o INGD através da partilha de dados de beneficiários e famílias afectadas. Iniciou-se, ainda, o registo de beneficiários no PASD-PE através do Sistema de Identificação de Beneficiários (SIB), uma ferramenta informatizada e com recursos digitais mais desenvolvidos. Na área de pagamentos, o PASD-PE Seca marcou as primeiras experiências na “terceirização de pagamentos” quando o governo fez parceria com fornecedores de serviços financeiros, como bancos e companhias de pagamento móvel, para realizar as transferências monetárias.

Em 2019, o PASD-PE foi adaptado a choques de desenvolvimento rápido, para responder ao ciclone Idai nas províncias de Sofala e Manica. Dentre os principais avanços, destaca-se o início da inclusão de famílias já beneficiárias de programas da protecção social na resposta a emergências, possibilitando uma acção mais rápida para as famílias vulneráveis e afectadas. Houve também partilha de dados de beneficiários entre INGD e INAS-IP, além do início do uso do aplicativo de pagamentos digitais (OPA), desenvolvido junto do Banco Mundial, para as transferências monetárias do INAS-IP. Adicionalmente, o PASD-PE Idai marcou o primeiro piloto de pagamentos digitais com o uso de carteiras móveis (M-PESA), em acção realizada com o PMA. Finalmente, em 2020, o Plano de Resposta da Protecção Social à COVID-19 marcou uma expansão em escala do PASD-PE, alcançando cerca de 1,6 milhões de famílias. A resposta do Governo de Moçambique contou com uma maior colaboração multisectorial, principalmente entre o MGCAS, o Ministério de Economia e Finanças e o Instituto Nacional de Segurança Social, sobretudo na priorização de áreas geográficas, zonas urbanas e periurbanas mais afectadas pela pandemia, e de identificação de trabalhadores informais para receberem assistência durante o período de emergência.



Dentre as principais lições aprendidas das experiências da Protecção Social Adaptativa em Moçambique, destacam-se: a evolução dos meios e ferramentas de implementação dos programas, sobretudo o PASD-PE que conta com critérios de selecção e um melhor estabelecimento de meios de registo e pagamento; evolução e flexibilização de arranjos institucionais para a ampliação da cobertura dos programas de resposta a choques; e o aprimoramento do uso de diferentes fontes de financiamento, principalmente fundos de contingências como o *Contingency Emergency Response Component (CERC)*.

**Referência:**

Ministério do Género, Criança e Acção Social, Programa Mundial para a Alimentação e Banco Mundial. 2021. Relatório. 2ª Edição. Diálogo sobre Resiliência Social. Maputo: Governo de Moçambique, 12-13.

**Nota:**

1. Este *One Pager* é parte de uma série de publicações sobre a Protecção Social em Resposta a Choques em Moçambique, produzida com o apoio do PMA e com financiamento do Departamento da União Europeia para Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária (ECHO).